

# Retirada das invasões começa pela área rural

GDF quer remover  
hoje 60 famílias  
do assentamento  
26 de Setembro

**Governo garante  
ter cronograma e  
planejamento para  
acabar com problema**

**O** GDF começa hoje a retirada das invasões do Distrito Federal. A primeira área a ser removida é o assentamento 26 de Setembro, na área rural de Taguatinga, próximo ao Parque Nacional de Brasília. Cerca de 60 famílias invasoras deverão deixar o local.

O assentamento 26 de Setembro foi criado para receber 108 famílias removidas pelo governo Cristovam de outras invasões do Distrito Federal. As famílias notificadas na terça-feira não fazem parte desse

grupo e ocupam espaços proibidos pelo Ibama.

"Esperamos que as pessoas compreendam e não dificultem o trabalho", declarou a secretária de Habitação, Ivelise Longhi. A secretária acredita que as famílias realmente necessitadas não causem problemas para o GDF. "Sabemos que no meio das famílias que precisam de moradia estão os especuladores e eles é que causam os maiores transtornos", acusou.

A estratégia adotada pelo GDF para remoção das invasões é notificar área por área até que os mais de sete mil invasores sejam retirados. "Vamos atuar de acordo com a nossa estrutura", explicou Ivelise Longhi.

## **Cronograma**

Segundo Ivelise, a Secretaria não tem capacidade de notificar e retirar todos os invasores do Distrito Federal de uma só vez. "Não seria possível fazer uma grande operação como essa, assim vamos respeitar um cronograma, seguindo o levantamento das invasões feito no final do ano passado". O cronograma, porém, não será divul-

gado pela Secretaria. "Não queremos criar expectativa na população", explicou Ivelise.

As notificações estão sendo feitas pela Administração Regional responsável pela área, respeitando as normas estabelecidas pela Secretaria. Depois de notificados, os invasores têm um prazo de 24 horas para deixar o local. Os que não saírem terão os barracos derrubados pelo GDF e ainda sofrerão perdas na classificação para o programa habitacional do governo.

Os inscritos no programa que resistirem à remoção perderão 50% dos pontos. Quem não tiver inscrição perderá o direito de participar de novos programas. E quem for notificado em uma invasão e partir para outra será alvo de um processo criminal por apropriação de bem público.

Além disso, os materiais de construção encontrados nos lotes serão removidos e os barracos vazios, lacrados e a notificação presa ao lacre, para que não haja a desculpa de que não ela não foi recebida.

**PAOLA LIMA**

Repórter do Jornal de Brasília